



50

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargadora Des^a. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Av. Martins de Barros, nº 593, Bairro Santo Antônio - Recife / PE, CEP: 50010-230 - gabdes.daisy.pereira@tjpe.jus.br

HABEAS CORPUS Nº: 00093541620148170000 (0349062-4)

PROCESSO 1º GRAU N.º: 0000083-15.2007.8.17.0780

COMARCA : Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Itapetim

IMPETRANTE : José Lopes da Silva Sobrinho – Defensor Público

PACIENTE : Carlos André Alves Nunes

PROCURADOR : Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti

RELATORA : Des^a. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. CITAÇÃO POR EDITAL. PROCESSO SUSPENSO. FUGA DO PACIENTE. PRESENTES OS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I – Não se há afastar a necessidade de segregação cautelar do paciente, pelo menos no presente momento processual, réu citação por edital, suspensão do processo e do prazo prescricional.

II – Observa-se que o feito vem tramitando regularmente, inexistindo qualquer excesso de prazo injustificado por parte do Poder Judiciário a ser sanado pela via estreita do *habeas corpus*.

III – Prisão Preventiva fundamentada, presentes os requisitos do art. 312, do Código de Processo Penal.

IV – Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº (0349062-4) no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 24 de setembro de 2014.


Des^a. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargadora Des^a. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Av. Martins de Barros, nº 593, Bairro Santo Antônio - Recife / PE, CEP: 50010-230 - gabdes.daisy.pereira@tjpe.jus.br

HABEAS CORPUS Nº: 00093541620148170000 (0349062-4)

PROCESSO 1º GRAU Nº: 0000083-15.2007.8.17.0780

COMARCA : Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Itapetim

IMPETRANTE : José Lopes da Silva Sobrinho – Defensor Público

PACIENTE : Carlos André Alves Nunes

PROCURADOR : Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti

RELATORA : Des^a. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira

RELATÓRIO

O Bel. José Lopes da Silva Sobrinho – Defensor Público, impetrou pedido de ordem de *Habeas Corpus* liberatório, com pretensão liminar, em favor do paciente Carlos André Alves Nunes, qualificado às fls. 02 dos autos, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Itapetim (fls. 02/03).

Narra à arial mandamental que o paciente se encontra recolhido ao cárcere desde 23/09/2013, em face de prisão em flagrante delito convertida em preventiva, nos autos do Processo-Crime n.º 00000831520078170780 a que responde por suposta prática do crime previsto no artigo 155, § 4º, IV. Do Código Penal.

Aduz o paciente, que sofre constrangimento ilegal por excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal, e que inexistem os requisitos para a manutenção da prisão preventiva. (fls. 02/03).

Requer, por fim, a concessão do Habeas Corpus, a fim de que seja revogada a prisão preventiva. (fls. 03).

A inicial veio instruída com os documentos de (fls.13/42).

Em decisão interlocutória de (fls.21/22), foi indeferido o pleito liminar e solicitada informações à autoridade coatora, que as prestou às fls. 28/29.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargadora Des^a. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira

Av. Martins de Barros, nº 593, Bairro Santo Antônio - Recife / PE, CEP: 50010-230 - gabdes.daisy.pereira@tjpe.jus.br

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa de Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti, se manifestou pela denegação do pedido. (fls. 44/46).

É o Relatório.

Recife, 24 de setembro de 2014.

Des^a. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargadora Des^a. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira

Av. Martins de Barros, nº 593, Bairro Santo Antônio - Recife / PE, CEP: 50010-230 - gabdes.daisy.pereira@tjpe.jus.br

HABEAS CORPUS Nº: 00093541620148170000 (0349062-4)

PROCESSO 1º GRAU N.º: 0000083-15.2007.8.17.0780

COMARCA : Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Itapetim

IMPETRANTE : José Lopes da Silva Sobrinho – Defensor Público

PACIENTE : Carlos André Alves Nunes

PROCURADOR : Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti

RELATORA : Des^a. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira

VOTO

Conforme relatado, o paciente sustenta em liminar que sofre constrangimento ilegal por excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal, e que inexistem os requisitos para a manutenção da prisão preventiva.

A autoridade apontada como coatora, mediante Ofício n.º 20/2014, datado de 04/09/2014, às fls. 28/29, noticia que o paciente foi citado por edital, e posteriormente por carta precatória, sendo lhe nomeado um curador na pessoa do Defensor Público lotado na Comarca de Itapetim, em razão de não ter sido encontrado inicialmente para fins de citação.

Aduz, ainda, que o processo ficou suspenso, bem como o prazo prescricional, art. 366 do CPP.

Verificada a situação de fuga do paciente e considerando a manifestação do Ministério Público, no dia 23/09/2013 foi decretada a segregação cautelar sob o fundamento da garantia da aplicação da lei penal, o mandado foi devidamente cumprido. (fls 28.V).

Percebe-se que o processo segue o seu trâmite normal, e que o Estado-juiz não tem negligenciado, ao contrário, tem dado a devida atenção à causa, não havendo constrangimento ilegal a ser sanado.

Visto que o paciente se evadiu do distrito da culpa e não fez juntada de documentos que comprovem a sua residência, a segregação deve ser mantida, para que a lei penal seja aplicada, presentes, portanto, os requisitos do art. 312, do Código de Processo Penal.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargadora Des^a. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira

Av. Martins de Barros, nº 593, Bairro Santo Antônio - Recife / PE, CEP: 50010-230 - gabdes.daisy.pereira@tjpe.jus.br

Nesse sentido, colaciono o seguinte julgado:

HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. NARCOTRAFICÂNCIA. ART. 12 DA LEI 6.368/76. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. RÉU FORAGIDO POR 10 ANOS. PACIENTE LOCALIZADO QUANDO PRESO EM OUTRA COMARCA PELA PRÁTICA DO MESMO CRIME. INEXISTÊNCIA DE EXCESSO DE PRAZO E DE PRESCRIÇÃO. PROCESSO SUSPENSO. PARECER DO MPF PELA DENEGACÃO DO WRIT. ORDEM DENEGADA.

1. A manutenção da prisão cautelar encontra-se plenamente justificada na garantia da ordem pública e da aplicação da lei penal, tendo em vista a fuga do paciente e a persistência na mesma prática delituosa
2. A fuga do paciente gerou a suspensão do processo e, conseqüentemente, do prazo prescricional. Assim, não há que se falar em prescrição da pretensão punitiva.
3. Parecer ministerial pela denegação da ordem.
4. Ordem denegada. (HC 145.305/PB, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 18/02/2010, DJe 22/03/2010)

Não se há afastar a necessidade de segregação cautelar do paciente, pelo menos no presente momento processual.

De mais a mais, observa-se que o processo vem tramitando regularmente, inexistindo qualquer excesso de prazo injustificado por parte do Poder Judiciário a ser sanado pela via estreita do *habeas corpus*, destaco ainda, que a prisão preventiva encontra-se devidamente justificada.

Dessa forma, acompanhando a manifestação da douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti, denego a ordem de *habeas corpus*.

É como voto.

Recife, 24 de setembro de 2014.


Des^a. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Relatora